

## FUNDAMENTOS E DIDÁTICA DO ENSINO PARA A CIDADANIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Dânjelo Pereira de Araújo<sup>1</sup>  
Valmir Flôres Pinto<sup>2</sup>

### RESUMO

Este artigo é resultado de pesquisa bibliográfica vinculada ao projeto de pesquisa “O ensino na perspectiva pedagógica de Gramsci: um estudo em uma escola de educação infantil de Humaitá-AM” de Mestrado Acadêmico em Ensino de Ciências e Humanidades (PPGECH) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) campus de Humaitá. O objetivo é investigar a Educação Infantil através da metodologia do professor fomentando a construção do ensino para a cidadania. Aprofunda-se o conceito de cidadania e analisa a prática do professor. A metodologia utilizada de caráter bibliográfico e qualitativo. Nessa perspectiva é necessário que a criança tenha voz ativa, iniciada na Educação Infantil, com ações necessárias que diz respeito a um ser cidadão. Em termos de resultados, conforme os artigos e documentos pesquisados, constata-se que a Educação Infantil, apesar dos avanços na última década, precisa-se ampliar as políticas públicas de valorização docente nessa área e ampliar a oferta de vagas e escolas desse nível de educação, em todas as regiões do país, conforme destaca o último Censo da Educação Infantil do INEP/MEC 2021.

**Palavras-chave:** Ensino, Educação infantil, Cidadania, Formação de professores.

### INTRODUÇÃO

O artigo tem como objetivo mostrar a importância da educação infantil no desenvolvimento da criança no seu desenvolvimento social, cultural e psicoemocional, como também uma educação para a cidadania proporcionada pela mediação de professores em escolas de educação infantil, pois nessa fase se faz necessário uma vivência para o entendimento, aos poucos, do que é cidadania na vida das pessoas. A temática educação para a cidadania vem sendo abordada, na educação infantil, tendo como referência a criança por meio de conhecimentos desenvolvidos no ambiente escola. Estes buscam desenvolver atividades que motivam ao exercício da cidadania desde a infância. A escola tem com objetivo principal criar condições para que os alunos consigam uma aprendizagem significativa trazendo como metodologia a valorização dos conhecimentos da educação informal interligando, de forma

---

<sup>1</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Humanidades (PPGECH) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) campus de Humaitá, AM. E-mail: [danjeloaraujop@gmail.com](mailto:danjeloaraujop@gmail.com)

<sup>2</sup> Professor orientador: Doutor em Educação, Universidade Federal do Amazonas (UFAM), campus de Humaitá, AM. E-mail: [valmirfloresp@gmail.com](mailto:valmirfloresp@gmail.com)



interdisciplinar, com sua realidade de vida, pois não se ensina um ser social só na escola é necessário a participação familiar nesse processo, conforme ressalta o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil do Ministério da Educação (1998):

Educar significa, portanto, propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros, em uma atitude de aceitação, respeito e confiança, e o acesso pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural (BRASIL, 1998, p. 23).

O conceito de criança é constituído de direitos e deveres como cidadão no percurso histórico e diferencia dos conceitos que conhecemos na atualidade sobre a criança. por isso se faz necessário uma reflexão sobre a educação infantil buscando como base um olhar nas transformações que aconteceram ao longo do processo histórico. O surgimento de políticas públicas voltadas para educação infantil no Brasil iniciou no século XX, e no decorrer da história foram acontecendo as transformações no que se refere ao conceito de pré-escola, que tinha como objetivo o cuidado de crianças de uma forma assistencialista não com caráter formador, sendo que as atividades eram realizadas por pessoas que não possuíam formações adequadas para desenvolver o trabalho de escolarização com elas, assim eram conceituados de voluntários (KRAMER, 1982). Essas pessoas não possuíam remuneração pelo trabalho desenvolvido, por isso muitos desistiam do trabalho de cuidar das crianças nessa fase escolar. Foi com a constituição de 1988 que o conceito criança em seu desenvolvimento escolar começa a ganhar espaço e uma nova visão de sujeito de direito e deveres, importantíssimo para continuidade de fomentar princípios de cidadania com o intuito de mudar o comportamento e formar indivíduos para uma nova sociedade, partindo da educação que vem através da escola, pois a criança através de políticas públicas obteve seus direitos garantidos pela constituição no sistema educacional brasileiro (BRASIL, 1988, Art. 208).

Para melhor compreender a sistematização do texto dividimos em 3 (três) seções que busca enfatizar os objetivos propostos pelos relatos elucidados no texto. Primeiro, conforme orientação, o referencial teórico fará parte da introdução no qual descrevemos a importância do tema e sua relevância, trazendo assim o objetivo da valorização sobre a ótica da educação infantil e seu contexto histórico; rever os conceitos histórico da educação infantil, a construção de uma formação para a cidadania e a importância da prática docente no desenvolvimento da cidadania na fase infantil. Em seguida apresentamos a metodologia utilizada no artigo, e por fim, as considerações finais trazendo um fechamento dos assuntos abordados no desenvolvimento do artigo.

## Conceitos históricos da educação infantil

Conceitua-se a Educação Infantil como a primeira etapa da educação básica que tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até os seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social completando a ação da família e da comunidade. Assim iniciamos sobre a importância de se falar sobre a educação infantil com fonte de conhecimento no desenvolvimento do indivíduo para a cidadania, através da linha histórica onde apresenta-se como conceito de criança algo bem diferente do que vemos na atualidade, a sua visibilidade como um adulto em miniatura, onde eram treinadas e conduzidas para o trabalho, não possuíam preocupação enquanto formação educacional voltada para a criança e pouco se fazia para as atividades de cuidados essenciais para com esse indivíduo, conforme ressalta o educador norte americano Neil Postman (2011, p. 32): “E por isso as pinturas coerentemente retratavam as crianças como adultos em miniatura, pois logo que as crianças deixavam de usar cueiros, vestiam-se exatamente como outros homens e mulheres de sua classe social”.

Nessa concepção, a criança para o adulto era vista como coisa, não tinha valor enquanto indivíduo recém-nascido, pois a partir do seu crescimento era introduzida como instrumento para trabalho e sua formação era atributos da mãe como também todos os cuidados inerentes a ela. Não tinha um conceito próprio sobre criança, pois não faziam distinção entre o ser adulto e a criança, assim como uma preocupação com seu desenvolvimento, usam-se a mesmas roupas e também se utilizavam a mesma linguagem, fortalecendo a visão da criança como um ser em miniatura reduzida. Quando se pensa em educação nessa construção do final século XIX, o meio educacional não se preocupava com a especificidade da criança, comprometendo a educação das partes envolvidas no modelo educacional.

O contexto histórico também ressalta todo trajeto e mudanças a respeito da educação infantil que caminhou em passos lentos rumo ao conceito que compreendemos na atualidade sobre educação infantil. Como não se tinha essa preocupação de uma definição sobre educação para a criança, custou a construção de políticas públicas que voltassem a atenção específica para esse público na fase de formação infantil e na continuidade de um ser social.

Apesar de dos avanços alcançados para atender a criança no seu amplo desenvolvimento, percebemos que ainda precisa ser feito muito mais, tanto pela educação infantil como na qualificação dos professores para orientação de uma educação para a cidadania fazendo que esses alunos possam viver em sociedade através do aprendizado adquirido pela escola. No caso brasileiro, avançamos bastante no que se refere à legislação sobre a educação



infantil, mas ainda estamos longe da realidade que buscamos alcançar com esse modelo de educação que favoreça a criança no seu pleno desenvolvimento.

[...] há pouquíssimo investimento na formação em serviço e no âmbito da própria unidade escolar [...]. Pouco se tem feito, além da denúncia sobre a "falta de qualificação" ou de "competência técnica" para que as próprias professoras reflitam acerca de suas práticas, problematizando-as e buscando meios coletivos para que seu trabalho possa sofrer as transformações necessárias e desejáveis (CORRÊA, 2003, p. 109).

### **A importância da prática docente na formação para a cidadania na educação infantil**

A prática docente, no que se refere a formação da criança na educação infantil, é assunto que merece destaque, pois já existem muitas reflexões sobre o processo de formação e desenvolvimento infantil através de direitos adquiridos e garantido por nossa legislação, e há necessidade dos formadores e professores dessa faixa educacional, passarem, constantemente, por atualização da legislação e também do significado do ponto de vista político e educativo. Apesar dos avanços ocorridos com a lei 9.394/96 no Art.29 que diz “que a educação infantil como a primeira etapa da educação básica e tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até cinco anos de idade em seus aspectos físicos, psicológicos, e social, completando assim a ação da família e da comunidade”, somos conhecedores que o ensino infantil passa por dificuldades no seu desenvolvimento no que se refere a investimento na formação da criança como na valorização dos professores para o trabalho com essa faixa educacional, 4 (quatro) a 5 (cinco) anos.

Quando se busca uma reflexão formativa, com um corte a partir da cidadania, necessariamente tem-se a emergência de um modelo de educação que busca a amplitude, onde a criança precisa aprender a conviver, a respeitar e ser respeitado, internalizar desde a pequena infância a importância das diferenças, permanecer no convívio escolar, enfim, ser encaminhado para uma comunidade que obtém direitos e deveres como cidadão. Essa educação infantil que era vista como assistencialista, desvalorizada toma um novo rumo na formação, mas, traz consigo as dificuldades que no percurso do caminho histórico vem apresentando os mesmos problemas de antigamente. Alguns elementos parecem que vêm se perpetuando: professores sem qualificação, locais impróprios para desenvolvimento das atividades e falta de investimentos na infraestrutura.

Com essa realidade, torna-se um desafio compreender e descrever sobre a aplicação da prática do professor em sala de aula, pois, é próprio de cada docente a responsabilidade pela prática em sala de aula, e ele é identificado por ela. O professor que se coloca a transmitir o

conhecimento, baseado em um modelo bancário de educação, onde o aluno é um depositário de conteúdo, e o professor detentor do conhecimento, com certeza, terá dificuldades de viver e conviver com um modelo pleno de cidadania. Pois, ao tratar de formação de professores, em especial dos professores que atuam na educação infantil, Haddad (2006):

A formação de quem cuida das crianças pequenas e as educa não pode ser aquela que visa apenas ao acúmulo de informações. Além de um conhecimento profundo de pedagogia e psicologia infantil, de sociologia da infância e de cultura da criança, associado a grande dose de experiência prática, a formação inicial deve incluir a educação do corpo, dos sentimentos, das emoções, da fala, da arte, do canto, do conto e do encanto. Uma educação fragmentada não produz eco na alma de uma criança (HADDAD, 2006, p.540).

É necessário a formação continuada dos professores na educação infantil, para que as metodologias usadas em sala de aula possam contribuir no desenvolvimento do aluno em um ser crítico e reflexivo, e que possa conduzir sua aprendizagem além dos conteúdos apresentado pelo livro didático. Nessa fase é importante fortalecer os laços entre educação e formação para cidadania com as crianças, e consigam aprender através das atividades seus direitos e deveres, a partir de atividades simples, como: saber esperar a sua vez, saber respeitar, mais que obedecer às regras da escola é participar de um processo formativo e não proibitivo.

A importância do professor e sua metodologia desenvolvida na educação infantil, é relevante na formação da criança como ser social, participando de todo o processo de ensino e aprendizagem, conduzindo-o a uma compreensão dos conteúdos, que podem ser usados para ensinar, principalmente por meio da ludicidade (ROCHA, 2014), conceitos que levem a criança ao desenvolvimento de ações corporativas para viver em comunidade.

Esse modelo de educação reflete na sociedade de uma forma positiva ou negativa no desenvolvimento social, dependendo da forma como ele é desenvolvido no ambiente escolar formal ou informal. A formação infantil para a cidadania é fundamental para a compreensão e formação da criança para que possa exercer sua criticidade, o respeito e fazer as devidas “reflexões”, ao nível da criança, tendo como base os conteúdos ensinados pelo professor. Nesse contexto o professor age como o responsável e formador que busca contribuir através de seus conhecimentos na aprendizagem dos alunos, mantendo o compromisso de formar essa criança para a sociedade sem deixar de elevar os valores essenciais para que possa conviver harmoniosamente como sujeito pertencente a uma nova sociedade. (RUSSEFF; BITTAR, 2003).

A importância da prática do professor na formação da criança através dos conteúdos abordados, das brincadeiras, experiências vividas, da criação de momentos que façam os alunos terem experiências de respeito, lealdade, empatia, amor ao próximo, como também os levam à



interação através da ludicidade, do respeito, busca ensinar a compreensão dos direitos e deveres, isso só pode ser alcançado com o auxílio do professor.

### **Construção da cidadania através do lúdico**

Entender e valorizar a cidadania enfatizando atividades infantis como o desenvolvimento do brincar, como parte da ludicidade em sala de aula, tendo em vista formar a criança para ser um indivíduo social, são ferramentas que contribuem para uma aprendizagem para a cidadania, que poderão possibilitar no decorrer da formação e do desenvolvimento o conhecer seus direitos e deveres em uma sociedade através da brincadeira. O brincar orientado pelo professor de uma forma simples, é uma ferramenta onde o aluno começa a exercer a cidadania através das atividades realizadas, em sala, no recreio, e em suas atividades lúdicas, por exemplo, essas que são realizadas fora da escola através da aprendizagem e fomentar a sua prática fora do muro escolar. Assim, a participação do indivíduo na sociedade se inicia nessa junção de teoria e prática, o que é aprendido na escola com que é vivido na sociedade.

O interesse pelo tema da cidadania relacionada com a educação infantil tem crescido ultimamente, e a educação é uma ferramenta essencial para que essa formação aconteça, principalmente na fase inicial infantil, devendo ser construído com a ajuda do professor nos anos iniciais do desenvolvimento como parte integrante do seu crescimento psicológico, intelectual, emocional e social e que inicia na educação infantil, mas perpassa por toda a sua história de vida (BITTAR, M.; SILVA, J. P. de O. e MOTTA, M. C. A, 2003).

Este assunto sobre formação para cidadania nos primeiros anos de vida da criança, de responsabilidade da família e subsequente do Estado, deve ser incentivado pelas demais instituições sociais, como também o acompanhamento dessa formação para cidadania como relata a Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional Brasileira LDB n° 9.394 de 1996 em seu Artigo 2º: “A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios da liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1996).

O texto apresentado nos conduz a um objetivo para que seja examinado através de uma leitura criteriosa sobre a legislação educacional brasileira, de como esta vem apresentando a temática elencada através do artigo sobre a educação para a cidadania voltada para educação infantil e se vem amarrando os conceitos com a prática do professor. A formação para a cidadania é enfocada em vários momentos, tanto na LDB como também no PCN, referente a educação básica na formação do indivíduo que tem por finalidade: desenvolver o educando,



assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores” (BRASIL, 1996, art.22º).

## **METODOLOGIA**

Este artigo foi elaborado com base em pesquisa bibliográfica, vinculado ao projeto de pesquisa “O ensino na perspectiva pedagógica de gramsci: um estudo em uma escolas de educação infantil de Humaitá-AM” de Mestrado Acadêmico em Ensino de Ciências e Humanidades (PPGECH) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) campus de Humaitá, e dentro do grande projeto da CAPES AMAZONIA-LEGAL - Programa de Apoio à Pós-graduação da Amazônia Legal, com o Título: Consolidação da Pós-graduação da Universidade Federal do Amazonas em áreas estratégicas – aprovado em 2020 (CAPES, 2020). Dessa forma, procura-se pesquisar as contribuições existentes no que se refere a importância da prática do professor na formação da criança, como um sujeito de direitos, em fase de formação escolar.

As pesquisas em educação, especificamente na área de ensino, são impulsionadas por diversos temas a serem discutidos, investigados e modificados. Para os autores Borba, Almeida e Gracias (2019, p. 25), “as pesquisas na área de ensino e educação são, em geral, originadas por inquietações que nasceram em sala de aula”, isto é, as pesquisas nessas áreas surgem a partir de experiências vividas ou observadas pelos professores/pesquisadores.

Afim de contribuir com as construções de saberes no âmbito de ensino, o presente estudo foi desenvolvido a partir de procedimentos técnicos de caráter bibliográfico e qualitativo. Inicialmente foi realizado o levantamento bibliográfico dos autores na área de educação infantil, depois com foco específico na cidadania. A plataforma da Capes foi escolhida como base de dados a se pesquisar publicações científicas para o aporte teórico, pela diversidade e confiabilidade, principalmente nos assuntos relacionados à educação infantil (CAPES, 2022).

A abordagem qualitativa (LAKATOS e MARCONI, 2003), por sua vez, justifica-se por considerar que é possível traduzir opiniões em informações, que podem ser classificadas e analisadas e por considerar a existência de uma relação entre o mundo e o sujeito que auxiliam nas análises de dados de forma indutiva (GIL, 1994). Embora não tenha ocorrido entrevistas, buscamos deixar os textos dialogarem, por meio dos autores, com a temática da educação infantil e a cidadania já anunciados pela Legislação brasileira com margem para ser ampliada de forma significativa.

Através desse estudo, busca-se contribuir na formação das crianças com elementos informativos e formativos através da pesquisa bibliográfica, pois, como diz o autor Malheiros (2013), a pesquisa bibliográfica tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o

problema, com vistas a torná-lo mais explícito. A pesquisa bibliográfica tem como objetivo motivar o pesquisador a produzir conhecimentos tendo como base uma fonte ampla de conteúdos e textos já produzidos que relata a temática abordada, neste caso sobre a cidadania e educação infantil. Assim, buscando conhecer os conceitos através dos artigos publicados fez-se uma avaliação, mais consistente das produções que poderão contribuir nas reflexões e aprofundamento da temática abordada por parte do público interessado.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (2013):

A escola é, por excelência, o lugar em que é possível ensinar e cultivar as regras do espaço público que conduzem ao convívio democrático com as diferenças, orientado pelo respeito mútuo e pelo diálogo. É nesse espaço que os alunos têm condições de exercitar a crítica e de aprender a assumir responsabilidades em relação ao que é de todos. (BRASIL, 2013, p. 113)

Não ha dúvida, de nossa parte, da importância da formação para a cidadania no desenvolvimento infantil, como também ressaltamos que é fundamental, para essa formação as orientações através da metodologia de ensino utilizada pelo professor, que contribuirá no processo de ensino-aprendizagem da criança para ser inserida em todos os níveis de convivência social. O objetivo do trabalho vem em primeiro lugar conceituar o ser criança como indivíduo de direitos em construção e que precisa ser amparado e protegido, assim como o processo de construção desse ser social através do ensino regular escolar que agrega, juntamente com as práticas metodológicas do professor em sala de aula.

O papel da escola como espaço de convivência e transformação, no que se refere à temática sobre formar para exercer a cidadania, requer um comprometimento de uma forma conjunta: sociedade civil, sociedade política, educadores, família e principalmente os estudantes, neste caso, da educação infantil. Assim, o objetivo proposto poderá ser alcançado, isto é, uma formação para a cidadania, com a participação do conjunto da sociedade, sabendo que a escola não possui força suficiente para formar, sendo que não se educa de uma forma isolada. De acordo com Ludovice Paixão (2000, p.11), a educação para a cidadania constitui uma garantia da democracia e só pode realizar-se em contextos experienciais democráticos.

Nesta segunda década do século XXI observamos que a criança tem algumas dificuldades de se socializar e principalmente de pertencimento, respeitando as regras de convivência. Com a chegada da pandemia da COVID-19 e o ‘aprisionamento’ das crianças no meio familiar, despertou um sentimento isolado e aumentou um certo egoísmo onde tudo girava em torno dela.

No entanto, isso não é uma regra universal. Também com o advento da COVID19, veio à tona, principalmente pelos Meios de Comunicação Social (MCS), uma realidade crucial, a discrepância social e econômica entre as classes sociais e, no caso das crianças mais carentes, milhões ficaram sem qualquer atendimento escolar durante praticamente 2 (dois) anos.

Um estudo realizado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em parceria com a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, revela o quanto é importante a relação criança – escola, e alerta para os impactos de mais de um ano de pandemia (FMCSM, 2021). Além da falta de estrutura, em tempos de pandemia, e agora com o retorno, muitas escolas continuam em situação de precariedade.

Também há casos em que os alunos não tiveram e não têm estruturas no meio familiar que motivem a uma educação para a cidadania, chegando na escola violentos, com pouca socialização com os colegas e professores e, inclusive, gerando situações de alguma violência. Por questões como essas, cresce, mais ainda, a importância da dedicação e comprometimento da prática do professor em sala de aula na busca de transformar, orientar os alunos para exercer a cidadania respeitado e sendo respeitado.

Mas além disso, não se pode colocar toda a responsabilidade nos ‘ombros’ dos professores. Cabe às Secretarias Estadual e Municipal de Educação promoverem eventos entre educadores, comunidade escolar e sociedade para formação e criação de políticas públicas, no sentido de fortalecer e melhorar tanto a infraestrutura como a qualidade do ensino de nossas crianças. Pois a responsabilidade primeira, conforme a Constituição, é do Estado Brasileiro. No Censo Escolar da Educação Básica 2021 (INEP/MEC, 2022), a rede municipal apresenta a maior participação na educação infantil, com 76,3% das matrículas.

**Tabela 1** –Educação infantil - 2021

<b>Matrículas</b>	<b>Portagem</b>
Municipal	76,3%
Privada (sem convênio)	14,1%
Privada (conveniada)	9,0%
Estadual	0,7%
Federal	0,0%

**Fonte:** elaborado pelos autores a partir INEP/MEC (2022)

Com relação aos docentes na educação infantil brasileira, atuam 595 mil docentes. São 96,3% do sexo feminino e 3,7% do sexo masculino. A distribuição das idades se concentra nas faixas de 30 a 39 anos e de 40 a 49 anos. Quando observada a escolaridade, 80,3% possuem nível superior completo (78,1% em grau acadêmico de licenciatura e 2,2%, bacharelado) e

12,3% têm curso de ensino médio normal/ magistério. Foram identificados ainda 7,3% com nível médio ou inferior. Desde 2017, nota-se um crescimento no percentual de docentes graduados com licenciatura atuando na educação infantil, passando de 65,9% em 2017 para 78,1% em 2021.

**Tabela 2:** Docentes Educação Infantil - 2021

<b>Idade</b>	<b>Masculino</b>	<b>Feminino</b>
25 anos	1.320	22.710
25 a 29 anos	3.065	53.708
30 a 39 anos	8.497	182.915
40 a 49 anos	5.940	199.397
50 a 59 anos	2.558	98.327
60 anos ou mais	509	16.451

**Fonte:** elaborado pelos autores a partir INEP/MEC (2022).

Estes dados vêm fortalecer o desafio de valorização dos profissionais que atuam na educação básica, desde a qualificação profissional, qualidade de trabalho e questões salariais, pois, há uma disparidade enorme entre as diversas regiões e municípios do Brasil. Em primeiro lugar, está a educação da criança com qualidade em busca de uma cidadania para todos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Tendo consciência que educação é mais que uma ferramenta, mas um direito constitucional fundamental para o desenvolvimento e construção do ser social, enquanto cidadão que busca a cidadania plena e, a escola como ambiente formador dessa aprendizagem que se inicia nos anos iniciais da vida da criança. Esse trabalho precisa ser desenvolvido de uma forma conjunta pois, a escola não consegue de forma isolada contribuir para a formação plena da cidadania, sendo que essa aprendizagem constitui uma atividade que ultrapassa os conceitos escolares, vai além dos muros da escolas, adentra na sociedade os saberes adquiridos na escola.

Conforme o relatório técnico do Censo Escolar 2021 (INEP/MEC, 2022), quanto à existência de materiais socioculturais ou pedagógicos em uso na escola para o desenvolvimento de atividades de ensino, verifica-se um elevado percentual na rede privada de brinquedos para educação infantil, de jogos educativos e de materiais para atividades culturais e artísticas. Já na rede municipal, esses percentuais são menores. A rede privada também se mostra superior à rede municipal quando se avalia a existência de parque infantil ou mesmo de pátio nas escolas com oferta dessa etapa. Isso demonstra o que ressaltamos nas pesquisas bibliográficas a necessidade por parte do Estado do investimento em políticas públicas para o bom desenvolvimento da educação infantil, principalmente em regiões mais remotas do país.



Produzir a respeito da temática uma discussão sobre a formação da criança na educação infantil, valorizando a cidadania como parte principal do debate e incluindo nessa dinâmica de discussão a importância da prática docente para a aprendizagem desses alunos através das práticas educativas na formação desse indivíduo em sua fase inicial de desenvolvimento, torne-se urgente e constante, tanto na formação e qualificação dos professores, como nas atividades com as próprias crianças. Isso, nos levou a compreensão dos fundamentos principais da formação cidadã das crianças e como elas poderão estar inseridas no meio escolar, familiar e social. Conforme afirma Bittar, Silva e Motta (2003):

[...] não é a pré-escola que vai fazer uma nova sociedade, mas ela se inscreve no contexto da luta pela nova sociedade: ela busca formar o cidadão, o homem autêntico, autônomo, lutador, autoconfiante. Como? Desenvolvendo na criança - num período em que ela é muito aberta para isso - a capacidade de observação, e percepção, a confiança nas próprias capacidades, as atitudes de convivência, participação, companheirismo e colaboração, a disponibilidade para servir, a capacidade para exigir de si e dos outros o máximo que tem direito (BITTAR; SILVA; MOTTA, 2003, p.38).

Pois, a cidadania se constitui na principal forma uma junção de direitos de deveres tanto no meio político como social e isso é garantido por lei, mas muitas vezes não é levado em conta ou se finje que não são direitos adquiridos pelos cidadãos. Faz -se necessário compreender que a convivência com o outro é um ato social que requer participação para o bem comum e que podemos transformar a educação infantil no início da construção de uma educação transformadora para sociedade.

Pois conforme ressalta o documento do UNICEF (2008), é na primeira infância que a criança desenvolve grande parte do potencial mental que terá quando adulto. Por isso, a necessidade de atenção integral nessa faixa etária, pois, influencia no sucesso escolar, no desenvolvimento de fatores de resiliência e autoestima necessários para continuar a aprendizagem, na formação das relações e da autoproteção requeridas para independência econômica e no preparo para a vida familiar e comunitária (UNICEF, 2008, p.8).

## REFERÊNCIAS

BITTAR, M.; SILVA, J. P. de O. e MOTTA, M. C. A. In: Russeff, I. e Bittar, M. (orgs.). Educação Infantil: política, formação e prática docente. Campo Grande: **Plano**, 2003.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996. Senado Federal. Brasil. 2005. **Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional**. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf>. Acesso em 30/04/2022.



BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil** / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei\\_vol1.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf). Acesso em: 30/04/2022.

BRASIL. Ministério da Educação Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC, 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file>. Acesso em: 30/04/2022.

CAPES. **Plataforma CAPES de Educação Básica** (2022). Disponível em: <https://eb.capes.gov.br/portal/>. Acesso em: 30/04/2022.

CORRÊA, B. C. Considerações sobre qualidade na educação infantil. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n. I, p. 85-112, julho/2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/nNRQtfddBr3396VMvzsgkbC/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 30/04/2022.

FMCSM. Fundação Maria Cecília Souto Vidigal. **Impacto da Pandemia da COVID-19 no Aprendizado e Bem-Estar da Crianças**. 2021. Disponível em: <https://www.fmcsv.org.br/pt-BR/biblioteca/impacto-covid-criancas/> Acesso em: 30/04/2022

GIL, A.C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 4 ed. São Paulo: **Atlas**, 1994.

INEP/MEC. **Resumo técnico censo escolar da educação básica 2021**. Brasília, DF. 2022. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas\\_e\\_indicadores/resumo\\_tecnico\\_censo\\_escolar\\_2021.pdf](https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2021.pdf). Acesso em: 30/04/2022.

KRAMER, S. A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce Rio de Janeiro: **Achiamé**, 1982.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: **Atlas**, 2003.

MALHEIROS, M. R.T. L. Pesquisa na Graduação. Disponível em: [www.profwillian.com/\\_diversos/download/prof/marciarita/Pesquisa\\_na\\_Graduacao.pdf](http://www.profwillian.com/_diversos/download/prof/marciarita/Pesquisa_na_Graduacao.pdf). Acesso em: 30/04/2022.

PAIXÃO, M. de L. L. Educar para a cidadania. Lisboa: **Lisboa Editora**, 2000.

POSTMAN, N. O desaparecimento da Infância. Rio de Janeiro: **Graphia**, 2011.

ROCHA, N. C. L. da. O Uso do Lúdico nas Séries Iniciais: uma importante prática no processo ensino-aprendizagem. **Guarabira**, 2014.

RUSSEFF, I.; BITTAR, M. (orgs). Educação Infantil: política, formação e prática docente. Campo Grande: Plano, 2003.

UNICEF. Situação mundial da infância 2008. Caderno Brasil. Brasília, DF